CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata da reunião de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Ata da reunião da ICS-PBF, realizada no dia 04 de setembro de 2020, via plataforma digital SKYPE, que contou com a presença de conselheiros e convidados. A reunião teve início às 09h00, com o Sr. Rodrigo – SEDS sugerindo a construção da pauta a ser discutida nesta reunião, a saber: Divulgação do Boletim que passará pelos CRAS; Atualizações das Normativas do Bolsa Famílias, pois tivemos uma legislação que prorrogou mais as condicionalidades, atualizações do auxílio emergencial que interferem no Programa Bolsa. Sra. Tarciana questiona se todos tiveram tempo de dar uma olhada no boletim que recebeu da DRS e encaminhou para ciência de todos, pois foi a primeira vez que recebeu e achou bem legal a linguagem. Sr. Rodrigo aponta que pode-se falar sobre ele, que trata-se do Boletim do Bolsa e do Cadastro do Governo Federal. Registra que até o momento não tivemos manifestação da Hagnes quanto a sua participação aqui na reunião. Sobre o Boletim, as informações sistematizadas das Políticas Públicas, a Sra. Magali questionou se poderia já disponibilizar para os CRAS, então sugere que conversem sobre a divulgação de forma online. Sra. Magali, informa que já passou para os CRAS a partir da concordância deste grupo, informa que pediu que imprimissem e colocassem nos murais e divulgassem nos grupos de Whatsapp. Questiona se há recursos para impressão e se o recurso do conselho poderia ser utilizado para essa impressão? Sr. Rodrigo concorda, apontando que pode-se utilizar os recursos do IGD e imprimir cerca de 1500 cópias. Pede para que a Sra. Tainara faça um memorando solicitando a impressão e orçamentos para essa questão. Sra. Magali, entende que pode-se fazer um mínimo de impressão, até pelo momento que estamos vivenciando. Sra. Tarciana, acredita que a linguagem ficou boa e quanto a impressão é um número bom, mas poderia ser compartilhado entre as 3 secretarias, cerca de 500 para cada. Sr. Rodrigo relata que é importante apontar que a Sra. Magali fez uma consulta, por estarmos em período eleitoral, mas por se tratar de uma ação do conselho não há qualquer impedimento para a publicação do Boletim. Solicitaremos então via memorando essa impressão. Na continuidade passa-se ao segundo item de discussão que é a atualização das normativas no contexto atual, na última reunião discutimos a portaria número 443, que já prorrogava algumas questões e retomava outras questões. Naquele momento estava prevista o fim do auxílio emergencial e o programa do bolsa voltaria para a sua rotina em relação ao valor do benefício. O fato é que foi anunciado nesta semana a prorrogação do auxílio, que na prática traz a seguinte questão: O valor de R$ 600 reais fazia com que o número de famílias no PBF fosse menor, pois o governo manteve o maior benefício. Com a mudança para R$ 300 reais, as famílias que recebem mais do que esse valor, voltam para a folha do BF e estarão com seu cadastro passiveis de atualização. Sei que já temos a priorização de atualização, temos recebido na COGESUAS atualizações que passam por acompanhamento técnico e inseridas nos acompanhamentos. Sra. Magali, informa que estão fazendo prioritariamente a inclusão e validação do BPC, porque o INSS continua marcando e atendendo, aponta que em seguida as famílias em atendimento e acompanhamento onde são feitas as atualizações, na sequencia as famílias que vivenciaram situação do deslizamento, no momento foram feitas várias inclusões, famílias que mudam de território são atualizadas e as por avaliação técnica. Registra que tem se o cuidado de não deixar isso muito solto, conforme previa a portaria número 368, em função das fraldes que já vivenciamos no município. Na gestão do cadastro preza-se pela qualidade e tem-se uma responsabilidade grande, não aplicou-se a portaria na integra. Estabeleceu-se que os técnicos avaliariam a situação das famílias, como por exemplo as que vivenciam situações de estrema pobreza, idosos que vivem sozinhos. Sr. Rodrigo já colocou que já discutiu-se a questão do fim do auxílio emergencial e ter que fazer de fato a inclusão das famílias e para tal já estão se organizando, mas com a prorrogação deu-se um passo para trás. A avaliação técnica tem sido um critério em todos os CRAS, para que tenha-se um respaldo futuramente, porque não pode-se pensar só nesse momento imediatista mas o que no futuro isso pode acarretar para o município.

Sra. Tarsiana, relata que tem uma dúvida em relação as famílias novas que entraram para o acompanhamento para a saúde, porque na primeira vigência havia-se vinculado todas, agora na segunda vigência apareceram cerca de 1311 novas pessoas, se não havia cadastro de onde vieram essa pessoas? Vieram desse cadastro do CRAS ou são as do ano passado que estavam na lista de espera? Acredita que são das famílias que estavam na lista de espera e vieram todas de uma vez. Sra. Magali, aponta que acredita que sim, foi exatamente o número de famílias incluídas. Porque não estão como porta aberta. O auxílio alimentação está sendo fornecido sem cadastro ou não, pois são vítimas da situação, em relação a inclusão no cadastro estamos sendo mais criteriosas. Sendo assim acredita que são as famílias que estavam na lista de espera. Sr. Rodrigo, concordo porque se considerarmos que essa inclusão de famílias que estavam na lista de espera aconteceu na folha de março para abril, faz sentido, porque agora no segundo semestre são as famílias que foram incluídas no primeiro semestre. Considerando apenas as com o perfil de saúde, chega-se a esse número. Aproveita para informar que ocorreu uma reunião com a Caixa Econômica Federal - CEF, devido as dificuldade do município e das famílias que estão encontrando dificuldades para receber o auxílio emergencial, pois conta como benefício cancelado ou suspenso, foi um dos principais pontos de discussão com a CEF e eles também não sabiam responder. O governo federal está fazendo diversos cruzamentos, o que está fazendo com que as famílias fiquem com seu cadastro suspenso, o que faz com as famílias busquem a CEF que mandam as famílias para a SEDS. Pediu-se que a CEF que quando tivesse maiores informações que fosse compartilhada com o município para que pudesse ser feito os devidos esclarecimentos. Sra. Magali, complementa que o que conversou-se com a CEF, com o gerente do PBF, é que eles estavam encaminhando para o CRAS para nos resolvermos o que a CEF não tinha resposta. O que acertou-se com a gerencia e que não tinha cabimento encaminhar, pois a famílias saem da CEF com o estrato informando que o CRAS deveria atender. Mas não temos gestão sobre esse benefício, mas a demanda é muito grande em relação a isso. Mas isso é gestão do governo federal, que está fazendo um pente fino, e isso só deve se regularizar no final de setembro. As regras para liberação do auxílio emergencial também mudaram. Embora tenha uma divulgação que o CRAS tinha resposta, Sra. Magali coloca que o CRAS não tem gestão, e isso deve ser passado aos usuários, para o mesmo não ficar sendo jogado para lá e para cá. Sr. Rodrigo, relata que na reunião com a CEF eles imaginavam que tínhamos resposta porque a SEDS tem acesso ao SIBEC, mas no sistema não é informado nenhum dado a mais para além da suspensão. A Sra. Daniele sugere que sobre a questão de bloqueio e suspensão seja pauta para o próximo boletim. Sra. Magali, lembra que nesse novo informe que a CEF divulgou, é apontado que as famílias busquem os canais de reclamação do governo federal. E essa é a maior demanda que as famílias estão vivenciando, concorda como sendo pauta para o próximo boletim. Sr. Rodrigo registra que é um problema gigante isso, pois para o governo federal verificar a questão das famílias, será para todos os casos e identificar possíveis erros nos cruzamentos das informações. Sra. Magali, registra que tem uma situação que teve conhecimento de fraudes, de uso do nome da pessoa que ficou sem receber o auxílio emergencial. Tem uma família que não recebeu e não se resolveu até hoje a fraude com o nome dela. As resoluções são muito lenta. Na continuidade, com relação ao Boletim citado pela Sra. Tarciana, Sr. Rodrigo registra que já é um boletem bem consolidado. Há um local para que possa se inscrever para receber. Todos podem se cadastrar para receber, no site pode-se ver as edições anteriores. É um instrumento que o governo federal se utiliza desde o início do PBF e aponta que vale a pena a inscrição para recebimento por e-mail. Neste caso do último boletim ele fala de duas coisas: do auxílio emergencial, um balanço sobre os bloqueios e cancelamentos, que e o que estava-se conversando. Apesar deles explicarem sobre a questão, não se tem a informação detalhada por cada família. O segundo item é a prorrogação dos procedimentos operacionais que prorroga por mais 180 dias, o que já discutiu-se, conforme a apresentação da Sra. Magali sobre os critérios de acompanhamento para inclusão de dados no cadastro e a retomada da gestão do CADUNICO para folha de pagamento. Não localizei ainda a alteração da lei do auxílio emergencial sobre a questão de mulheres sozinhas, mas acredito que isso foi alterado. Sra. Magali, também aponta que ficou atenta a essa questão das mulheres, pois é uma queda de valor muito grande, mas também não localizou mais informações. E acredita que o conhecimento do boletim do governo federal poderá pautar nossas reuniões. Sra. Tarciana, questiona então se ela mesma pode cadastrar meu e-mail ou é o gestor que faz a inserção? Foi a primeira vez que recebeu, pela Sra. Roseli da DRS, pois pode ser que alguém da saúde pode já estar recebendo. Sr. Rodrigo, informa que é só entrar no site e

cadastrar o e-mail, qualquer cidadão para receber o boletim. Se coloca para disponibilizar no grupo o link para cadastro. Pois também acredita que poderá se usar o Boletim como pauta das reuniões. Sra. Magali, reforça o gestor recebe informativos periodicamente sobre o bolsa. E que também não se atentou que as demais não recebiam, porque não são as gestoras. É sistemático e periódico receber por e-mail. Sr. Rodrigo faz a recapitulação dos encaminhamentos: impressão de 1500 cópias do boletim, com elaboração de memorando pela SEATAC. Como Informes registra que a compra das balanças solicitadas pela saúde já estão para assinatura do secretário, uma vez que já havia ata aberta. Os demais itens que necessitaram de detalhamentos já estão sendo instruídos para serem adquiridos. Outra questão é sobre a aquisição de notebook e projetor de mesa. O processo está no setor de compras da SEDS e foi respondido o ofício que recebemos da SMS. Sra. Tarciana, aponta que tem duas questões a serem esclarecidas: relata que ficou com o compromisso de enviar um e-mail sobre o caso de uma gestante de que não queria ser informada como gestante no sistema, mas como conversamos com ela e a mesma compreendeu não foi necessário enviar o e-mail, pois a mesma compreendeu que seria necessário o cadastro. Está em articulação com o CRAS Nova Cintra para que se faça em conjunto o devido acompanhamento. Tem uma dúvida que refere-se sobre se uma pessoa pode ter acumulado BPC e PBF, entende que na mesma família pode haver os dois benefícios já a mesma pessoa acredita que não. Sr. Rodrigo, informa que o PBF é um benefício familiar, totalizando a renda familiar, o BPC é individual, mas a questão da renda do PBF vai depender da quantidade da renda daquela família, onde é feita a divisão da per-capita. Então essa questão pode ocorrer. Uma coisa não exclui a outra, mesmo um sendo um benefício e um programa. O que impede é o auxílio emergencial. Quem recebe BPC não recebe o auxílio emergencial. Sra. Tarciana agradece e informa que foi esclarecido. Sr. Rodrigo aponta que caso haja ainda alguma dúvida da família, poderá ser feita a consulta na gestão do CRAS para sanar mais dúvidas. Na continuidade informa que se conseguiu dar conta da pauta. Lembra que estão fazendo as reuniões mensais, o que antes era bimestral. Entende que pode-se continuar fazendo mensal tendo em vista as demandas que se tem apresentado. A próxima reunião fica agendada para o dia 02 de outubro. Como encaminhamento, fica acertado que até meados de setembro devem ser encaminhados os textos para o próximo boletim que irá ser elaborado. Sra. Tarciana, questiona se irão definir quem ficará responsável por compilar os textos do próximo boletim? Sra. Magali aponta que já que o boletim está se consolidando e as dificuldades de dar conta do boletim diante de tanta demanda, precisa-se conversar e profissionalizar mais isso e utilizar os recursos para não fazer algo tão caseiro e as vezes não cumprindo um prazo periódico. Pensa que seja uma pauta para discussão e ser inserido no plano de ação da ICS, pois se o boletim é pensado como um veículo importante, pode-se aprofundar sobre essa questão de profissionalizar o mesmo. Sr. Rodrigo, concorda, pois sempre fica uma tarefa que talvez não seja da expertise dos conselheiros, com recursos do IGD, e ano que vem como ano de conferencia, deixar um recurso para esta finalidade sobre a publicação do boletim. Sra. Daniele se coloca à disposição pela saúde para a estruturação da próxima edição do boletim novamente, passando a discutir na próxima reunião a continuidade dessa ação. Sr. Rodrigo, questiona se a educação tem algo a ser tratado na próxima edição? Ou será uma edição específica sobre a relação do PBF e Auxílio Emergencial? Sra. Angélica, acredita que pode-se ficar assim, pois a maior dificuldade da Educação está afeta ao acesso dos alunos no ensino remoto e as escolas estão voltadas a pensar sobre essa questão dessa evasão. Sra. Daniele, sugere que seja inserido os informes do Outubro Rosa no próximo boletim. Não tendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada.

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS